

**O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO, NO CONTEXTO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS, DA CIDADE DE LÁBREA NO ESTADO
DO AMAZONAS: O CASO DA COMUNIDADE BEIRA RIO**

Cleo Roger de Lima Heck

Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Manoel Messias Alves

Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Nixon Diniz Pereira

Universidade Federal do Amazonas - UFAM

1

Resumo

Este artigo consolida os resultados da pesquisa feita para atender ao Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Gestão Pública Municipal do Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP e da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. O objetivo é analisar a expansão urbana da Comunidade Beira Rio no município de Lábrea no Estado do Amazonas, no contexto das políticas públicas do município. Essa pesquisa empregou o método de abordagem bibliográfica, a pesquisa descritiva e a pesquisa de campo, analisando o tema escolhido e explicitando a atual ocupação do solo ribeirinho. Os entrevistados consideraram como a principal falha neste local, a forma de ocupação e a falta de recursos para aquisição de novas terras. A necessidade de promover políticas públicas para a localidade vai além da estética da cidade e precisa atender a saúde pública no local e as demandas socioambientais das famílias que lá habitam.

Palavras Chave: Políticas Públicas; Ocupação; Lábrea.

Abstract

This article consolidates the results of the survey to meet the Final Course Course Management Public Hall of the National Public Administration Training - PNAP and the Federal University of Amazonas - UFAM. The objective is to analyze the urban expansion of the Riverside Community Lábrea in the municipality of the State of Amazonas, in the context of public policy for the municipality. This research used the method of approaching literature, descriptive research and field research, analyzing the chosen theme and explaining the current coastal land use. Respondents considered as the main flaw in this location, type of occupation and lack of resources to acquire new lands. The need to promote public policies for the location goes beyond the aesthetics of the city and meet public health needs in local social and environmental demands of the families that live there.

Keywords: Public Policy; Occupation; Lábrea.

1. Introdução

A preocupação pela ocupação racional de um determinado espaço para abrigar um conjunto de pessoas é pelo menos tão antiga quanto a própria história da humanidade. As primeiras formas de organizações sociais ocorrem de modo bastante simples, iniciando com a capacidade do homem primitivo de escolher um lugar confiável e seguro onde pudesse se proteger dos animais e das intempéries da natureza, e o primeiro lugar utilizado pelo homem primitivo foram as cavernas, usadas principalmente como dormitório.

Foi justamente no entorno dessas cavernas que surgiram as primeiras aglomerações humanas. Foram nessas localidades que o homem iniciou o domínio das técnicas agrícolas, visando o cultivo de plantas e a domesticação de animais, garantindo-lhe a permanência por mais tempo num mesmo lugar, o que conseqüentemente resultou na “sedentarização que vai produzir uma nova relação entre homem e natureza. Essas localidades, embora não fossem ainda cidades, iam se produzindo de maneira que houvesse relação de domínio com o território e gestão da vida coletiva”. Spósito (1994, p. 6)

Independente da organização espacial adotada pelos homens primitivos, os primeiros núcleos urbanos, as primeiras cidades, de que se tem notícia, “se localizavam no sul da Mesopotâmia – região da Ásia, situada atualmente entre o Irã e o Iraque – em 4000 a.C. Na época, a região – banhada pelos rios Tigre e Eufrates – tinha terras muito férteis que favoreciam a plantação de alimentos¹”.

A preocupação básica, com a ocupação racional dos espaços, aumentou em decorrência do crescimento das cidades, principalmente depois das inovações proporcionadas pela Revolução Industrial, que trouxe como consequência a chamada urbanização da população, que historicamente esteve mais presente nas zonas rurais. No Brasil a transferência da população rural para as cidades se intensificou a partir de 1960 com o início da mecanização do campo.

No município de Lábrea o chamado êxodo rural se inicia na década de 1970 com o declínio definitivo dos seringais, obrigando muitos ribeirinhos a vir para a sede do município em busca de melhores condições de vida. É neste contexto que começa a ocupação desordenada do espaço urbano do município, onde as pessoas que chegavam à sede municipal iam se aglomerando de qualquer forma em locais sem as mínimas condições de moradia causando grandes prejuízos ambientais.

Este trabalho visa mostrar os fatores que contribuíram para a ocupação de um dos mais precários locais de moradias da cidade de Lábrea, com registro, através de pesquisa, *in loco* e também a partir de documentos públicos, estabelecendo a relação das políticas públicas com a situação do local.

2. O Processo de urbanização e formação das cidades

Em tempos remotos, as cidades passaram por um retrocesso durante a Idade Média, quando houve um crescimento das relações rurais de produção. “As cidades voltam a crescer no final do período medieval, quando também surgem diversas cidades vinculadas à produção manufatureira, os burgos²”. Outro salto de crescimento foi a partir a revolução industrial inglesa com o advento da industrialização, torna-se mais rápido o crescimento urbano e a

urbanização, sendo esses processos visíveis, num primeiro momento, nos países centrais, e nos periféricos, em especial, no período de pós-Segunda Guerra.

Interpretar o processo de evolução das cidades³ vai além de visões clássicas apresentadas por Gomes (2009, p. 126) que compreende,

(...) o espaço da cidade como uma reunião duradoura de homens e de moradias que ocupavam uma grande superfície e se encontra em uma encruzilhada de grandes vias comerciais. (...) uma cidade é um agrupamento cujos meios de existência normais consistem na concentração de formas de trabalho que não estão consagradas à agricultura, e sim, ao comércio e à indústria. As duas definições dadas seguem uma linha de pensamento que historicamente procura definir a cidade sobre o prisma da oposição entre urbano e rural. São definições clássicas cuja essência pode ser percebida nas concepções mais modernas de cidade.

3

Essa concepção clássica pode proporcionar uma miopia de percepção das relações existentes nas cidades. Relações que se desenvolveram a partir de estruturas que também devem ser consideradas, tais como as estruturas sociais, econômicas, políticas e até históricas. Para Carlos (2004, p. 14) a “história da cidade a revela como obra e produto que se realiza como realidade especial e concreta, cujo movimento é produto de um processo histórico cumulativo revelando ações passadas ao mesmo tempo que o futuro se tece no presente e nesta condições revela nas possibilidades presentes a vida cotidiana”.

Segundo Pinheiro (2010, p. 16) o processo histórico de urbanização no Brasil começou a partir das (...)

primeiras construções nas vilas de São Vicente e Santo André – fundadas em 1537 por Martim Afonso de Souza, a mando do Rei de Portugal. Tais construções marcaram a efetiva ocupação e posse do território pelos colonizadores portugueses. A partir desse momento, e acompanhando a história econômica do Brasil, nossas cidades têm origem nas atividades produtivas do açúcar, da mineração, do café, do gado, da borracha, do algodão e da industrialização. Os aglomerados urbanos se desenvolveram inicialmente ao longo da costa e posteriormente à margem dos rios em direção ao interior, em um movimento em direção ao oeste e ao norte que continua até os nossos dias.

Essas características peculiares de ocupação, que se desenvolveram ao longo dos séculos, tiveram forte influência do modelo econômico agrícola adotado no país desde sua ocupação colonial e que foi mudando aos poucos a partir do processo de industrialização ocorrido no século, marcado pela forte migração das populações que viviam nas regiões rurais para as regiões urbanas. Pinheiro (2010, p.17) descreve este fenômeno migratório.

De acordo com o censo de 1960, menos da metade (44,6%) da população vivia nas áreas urbanas dos municípios. Já em 1970, esse índice passou para 55,92%, e, em uma intensidade pouco vista em outros países, ultrapassava no ano 2000 os 81%, ou seja, em apenas 40 anos, mais de cem milhões de novos moradores chegaram às nossas cidades. Para alguns acadêmicos, a grande maioria dos nossos municípios são rurais, com o meio natural pouco impactado pela urbanização. Para outros, com os avanços tecnológicos, são cada vez mais intensas as relações entre a cidade e o campo, o que torna difícil essa classificação.

A Região Norte passou por profundas modificações demográficas nas últimas décadas como um reflexo da expansão da fronteira agrícola. Este processo teve início na década de 70 como uma extensão da ocupação agrícola que vinha se processando em outras regiões brasileiras desde a década de 40.

No caso da Amazônia, o processo de ocupação deu-se de forma peculiar. Nas décadas de 70 e de 80, a Região Norte constituiu-se em área de “fronteira”. No passado, quando se pensava em área de fronteira, pensava-se em localidades em que a migração tinha por destino às zonas rurais, a exemplo do que se registrou no Paraná e na Região Centro-Oeste (embora esta já tivesse apresentado uma significativa expansão das áreas urbanas).

No entanto, a migração para a Amazônia não teve esta característica. Houve uma migração relevante para suas zonas rurais, especialmente para os Estados do Pará e de Rondônia, porém os deslocamentos com destino ao Norte apresentaram um volume extremamente elevado de pessoas que procuravam suas cidades e vilas para fixar residência. “Este fato ocorreu devido a uma série de fatores, dos quais podemos citar, dentre outros, a modernização parcial da agricultura, a necessidade de serviços urbanos da agricultura moderna, os novos padrões de consumo da população rural”. Sawyer (1987)

Desta forma, as áreas urbanas da Região sofreram rápido crescimento demográfico, bem acima do observado no restante do país. Apesar do grande afluxo de pessoas para as áreas rurais, menos de 40% do crescimento demográfico da Região ocorreu na zona rural. Na década de 80, este percentual declinou ainda mais.

Até a década de 60, a maioria das macrorregiões brasileiras contava com níveis próximos de urbanização, à exceção do Sudeste. A partir de então, paulatinamente, a Região Norte foi tornando-se a menos urbanizada do país. Apesar das altas taxas de crescimento populacional apresentadas pelas áreas urbanas, o aumento da urbanização não foi mais acentuado porque a Região manteve taxas elevadas de crescimento populacional nas zonas rurais, enquanto as demais macrorregiões brasileiras passaram a expulsar este contingente demográfico. Em 1991, a proporção da população amazônica residindo em áreas urbanas já era inferior até mesmo a do Nordeste, que desde a década de 60 vinha contando com percentuais menores de pessoas residindo em cidades e vilas. Ao final do período analisado, a Região Norte apresentava um grau de urbanização da ordem de 61,5%⁴.

De acordo com Pinheiro (2010, p. 24) pelo critério demográfico,

(...) a maioria dos textos urbanísticos define como cidades médias aquelas com população entre 100 mil e 500 mil habitantes. No Brasil, devido às características do sistema urbano regional, o IBGE considera, nas regiões Norte e Centro-Oeste, que podem ser caracterizadas como cidades médias os municípios que possuem entre 50 e 100 mil habitantes. Assim, no Norte e Centro Oeste, são consideradas pequenas as Cidades abaixo de 50 mil habitantes e grandes as acima de 100 mil. Nas demais regiões do País, são consideradas cidades pequenas as abaixo de 100 mil e grandes as acima de 500 mil.

Atualmente o quadro urbano do Brasil é diverso, isso se dá pela diferença de tamanho, número de habitantes, dinâmica econômica, política e cultural, enfim, pelo conjunto de elementos e caracterizações que constituem as cidades brasileiras. “Tal diferença parece ser acentuada pelo fato das estatísticas oficiais e análises tomarem por base o que se denomina quadro urbano brasileiro, ou seja, o conjunto de cidades do território brasileiro, que por sua

vez corresponde às desigualdades produzidas pelas contradições da sociedade capitalista se fazem presentes o mundo como um todo, no Brasil elas se revelam mais fortemente”. Maia (2009, p. 140)

O conjunto dos municípios, constituído por várias pequenas cidades e poucas, mas expressivas grandes cidades, formou no País uma complexa e hierarquizada rede urbana em função das relações que se estabelecem entre elas. “São fluxos permanentes de pessoas em busca de produtos e serviços (compras em geral, educação, serviços de saúde, cultura e lazer, acesso a aeroportos) e de escoamento de mercadorias para aquisição de insumos e a distribuição dos produtos”. Ribeiro (2008)

Jacobs (2000, p. 30), considera que as metrópoles não são apenas maiores que as cidades pequenas. Elas “diferem das cidades pequenas e dos subúrbios em aspectos fundamentais, e um deles é que as cidades grandes são, por definição, cheias de desconhecidos”. Assim, cidades pequenas, médias ou grandes podem exercer influência direta ou indireta sobre outras, favorecendo o desenvolvimento da região.

Em 2007, o IBGE realizou o estudo dessas relações, denominado Rede de Influência das Cidades (REGIC), que abrangeu 4.625 municípios, dos quais 85% têm menos de 20.000 habitantes (IBGE, 2008b). O estudo identificou as cidades com maior centralidade, ou seja, os nós dessa rede, e estabeleceu a região de influência de cada uma delas em função da intensidade das relações e da sua área de abrangência. Algumas cidades têm papel de controle e comando em grandes regiões no País. São centros de gestão pública e empresarial: concentram uma grande diversidade de órgãos do Estado e sedes de empresas e, dessa forma, propagam decisões, definem relações e destinam investimentos. Outras são também centros de gestão pública e empresarial, mas têm atuação restrita ao próprio território municipal. Existem, ainda, as que apresentam indicativos de centralidade mais fracos do que os de centros localizados em outras regiões e exercem forte polarização em suas áreas. É o caso de cidades médias da região amazônica. Pinheiro (2010, p. 25).

O estudo REGIC – estudo das regiões de influências das cidades do próprio IBGE – propôs a classificação para a rede urbana brasileira (quadro 01), dividindo e mostrando por áreas as quantidades populacionais.

Quadro 1- Classificação da Rede Urbana Brasileira

Classificação	Características	Subníveis	Centro	População em 2007
12 Metrópoles	São os principais centros urbanos do País. Caracterizam-se por seu grande porte e fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta.	Grande Metrópole Nacional	São Paulo	19,5 milhões de habitantes
		Metrópoles Nacionais	Rio de Janeiro	11,8 milhões de habitantes
			Brasília	3,2 milhões
		Metrópole	Manaus, Belém, Recife, Fortaleza, Salvador, Porto Alegre,	População variando de 1,6 (Manaus) a 5,1 (Belo Horizonte) constituem o

			Curitiba, Belo Horizonte, Goiânia.	segundo nível da gestão territorial.
70 Capitais regionais	Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios.	Demais Capitais Estaduais e Campinas	11 cidades	Com medianas de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos
		Capital Regional B	20 cidades	Com medianas de 435 mil habitantes e 406 relacionamentos
		Capital Regional C	39 cidades	Com medianas de 250 mil habitantes e 162 relacionamentos
164 Centros Sub-regionais	Centros com atividades de gestão menos complexas e têm área de atuação mais reduzida.	Centro Sub-regional A	85 cidades	Com medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos
		Centro Sub-regional B	79 cidades	71 mil habitantes e 71 relacionamentos
556 Centros de Zona	Nível formado por cidades de menos porte e atuação restrita à sua área imediata, exercendo funções de gestão elementares.	Centro de Zona A	192 cidades	45 mil habitantes e 49 relacionamentos
		Centro de Zona B	364 cidades	Com medianas de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos
4.473 Centros locais	Demais cidades cuja atuação e centralidade não extrapolam os limites do seu município	-----	4.473 cidades	Têm população dominante inferior a 10 mil habitantes

Fonte: Adaptado de IBGE (2008)

O quadro acima permite visualizar as discrepâncias dos volumes e das dimensões das cidades no Brasil. Com atenção para a quantidade de municípios, 4.473, com população inferior a 10 mil habitantes. Uma divisão desproporcional entre a quantidade de cidades pequenas, médias e grandes. Além disso, Pinheiro (2010, p. 32) observa que as cidades brasileiras podem ser subdivididas, por dois critérios. A “Cidade formal, rica, regularizada, com infraestrutura completa, melhor que a comunidade pode ter em comércio, serviços, cultura e lazer. É a parte da cidade que concentra a população com maior renda, maior

escolaridade, mais branca”. E a cidade informal, “ilegal, precária, eternamente inacabada, é a cidade dos mais pobres, com menos estudo, mais negra e com maior índice de mortalidade”.

Características que provocam nos pesquisadores a busca pelas causas dos problemas de urbanização nas cidades brasileiras. Pinheiro (2010, ps. 32-33) aponta uma delas.

A imensa e rápida urbanização não foi acompanhada de políticas públicas de desenvolvimento urbano, capazes de preparar os municípios para receber os novos contingentes populacionais e atividades no seu território. Os grandes projetos públicos e empresariais de desenvolvimento, de industrialização, de infraestrutura logística e energética (construção e ampliação de rodovias, portos, aeroportos e hidrovias, geração de energia elétrica, produção de petróleo, etc.) atraíram os trabalhadores em busca do sonho de viver melhor, mas não previram na sua programação o apoio aos municípios na construção de moradias, na ampliação das redes de serviço e de infraestrutura para receber os novos trabalhadores e os migrantes, ambos sem poder aquisitivo para comprar ou alugar uma moradia decente (...).

De acordo com Pinheiro (2010, ps. 33-34), outra causa relevante está relacionada com “a terra urbana” que é “uma mercadoria muito cara, encontra-se na maioria dos casos na mão de poucos proprietários, que decidem se pretendem ou não disponibilizá-las no mercado para venda ou locação. Dessa forma, quanto mais ‘bem localizado’ o imóvel, mais alto é o preço e maior a possibilidade de valorização, principalmente por meio de ações públicas (obras e leis) e ações privadas”.

Pode-se verificar que estas causas são respaldadas por fatores, tais como:

(...) falta de políticas públicas de construção de moradias; mercado especulativo da terra urbana; e baixa renda da maioria da população torna praticamente impossível para o trabalhador pouco qualificado pagar o aluguel ou comprar um imóvel no mercado formal. Sem subsídios do poder público e sem renda para alugar ou comprar moradia na cidade legal sobra somente ao trabalhador de baixa renda morar em áreas fora das leis (ilegais) e das normas (irregulares ou informais). Essas construções não são aprovadas pela Prefeitura; não possuem registro em cartório de registro de imóveis; e estão situados em áreas rurais ou em áreas urbanas de preservação ambiental ou cujos lotes têm dimensões menores do que as permitidas naquela zona. Nas cidades do interior amazônico a maioria dessas ocupações irregulares acontece à margem dos rios, em casas de madeiras construídas em palafitas. (PINHEIRO, 2010, p.35)

Como consequência, do processo de urbanização irregular, verifica-se o (...)

adensamento excessivo que atinge 7,8% da população, ao ônus excessivo com aluguel onde 3,4% da população comprometem mais de 30% da renda familiar com aluguel, o principal fator de inadequação diz respeito à falta de serviços adequados de esgotamento sanitário que chegam a 42,6 % e a falta abastecimento de água que chegam à 8,2% da população nacional. A falta de saneamento básico na Região Norte chega à 43,3% da população, contrastando com a região sudeste que chaga a quase 90,6% da população beneficiada. IPEA (2008)

4. Políticas públicas e plano diretor

Para se iniciar a discussão sobre as políticas públicas é necessário discutir sobre os conceitos que circundam essas práticas. Segundo Schmitter (1984, p. 34) a política “é a resolução pacífica para os conflitos”. Todavia, em um contexto mais amplo verifica-se que a política “consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos” Rúa (1998 *apud* RUA, 2009, p. 17). O termo “política”, é originário da língua inglesa, *politics*, cujo significado está relacionado ao “uso de procedimentos diversos que expressam relações de poder e se destinam a alcançar ou produzir uma solução pacífica de conflitos relacionados a decisões públicas”. Rúa (2009, P.18)

O problema da terra no Brasil é decorrente de um processo político-histórico, que vem desde a forma de ocupação territorial do país pela Coroa Portuguesa e a influência da Igreja Católica, resultante de relações desproporcionais de poder e força dessas instituições com os diversos grupos sociais que aqui se constituíram. Nessa época, mesmo em Portugal, as terras pertenciam à Igreja, que cedia seu uso para o desenvolvimento de atividades agrícolas que garantissem a produção de alimentos. Foi assim “que se instalou no Brasil o que se convencionou a chamar de “Estatuto do Solo Colonial”, cuja primeira iniciativa da metrópole portuguesa se deu a partir de 1534, com a divisão do território em capitânicas hereditárias com o objetivo de ocupar e defender as terras conquistadas”. Silva (1996 *apud* MIRANDA, 2002).

Após o encerramento do tráfico de escravos, os imigrantes realizam o processo de trabalho direto com a terra, pela imensidão das terras “sem donas” do Brasil, quem chegasse poderia facilmente se apropriar de algum espaço. Para resolver esse problema o governo criou a Lei nº 601 de 1850, instaurada com o decreto 1318 de 1854, “a chamada ‘Lei de Terras’, proibida a aquisição de terras públicas a não ser pela compra, às que não tinham dono eram consideradas devolutas e retornavam ao governo. Dessa forma, essas pessoas eram forçadas a trabalharem exaustivamente para adquirir suas terras”. Anjos (2004, p. 14)

Com evolução das estruturas políticas, sociais e econômicas no País, as demandas contemporâneas pela normatização do espaço territorial brasileiro, culminou a Constituição Federal de 1988 em que foi incluída o texto referente a Política Urbana, cuja regulamentação aconteceu com a aprovação do Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2001).

Em seu Art. 2º regulamenta a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Assim sendo o Plano Diretor o instrumento básico de política urbana, sendo obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas ou de aglomerações urbanas, integrantes de áreas de especial interesse turístico, inseridos em área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional. É o Plano Diretor que define as condições para o cumprimento da função social da propriedade através da aplicação de uma série de instrumentos de controle da especulação imobiliária – prática tão recorrente quanto danosa ao interesse público Carvalho (2008).

De acordo com Pinheiro (2010, p. 90) a previsão de um Plano Diretor Participativo para as cidades deve estar orientado pelos aspectos, que Ele chama de três eixos.

Inclusão territorial: que busca assegurar aos pobres o acesso a terra urbanizada e bem localizada, incluindo a segurança da posse da moradia. Justiça social: implica em uma distribuição mais justa dos custos e dos benefícios do desenvolvimento urbano. Gestão democrática: propõe uma participação cidadã na concepção, execução e fiscalização da política urbana. Contudo, é importante destacarmos que não se propunha um modelo.

Os planos deveriam trabalhar em comum com esses eixos, porém refletindo a realidade de cada cidade. Assim, “o Plano Diretor deixa de ser um documento técnico elaborado por especialistas e passa a ser um processo político, dinâmico e participativo, que mobiliza a sociedade para discutir e estabelecer um pacto sobre o projeto de desenvolvimento do município. O processo de elaboração deve propiciar debates e negociações de natureza política entre interesses conflitantes, muitas vezes antagônicos como os do setor imobiliário, ambientalistas e movimentos populares. Deve ser conduzido pelo Poder Executivo articulado com a sociedade civil. Deixa de ser apenas um instrumento que regula o uso do solo para estabelecer a função social da propriedade e da cidade”. Pinheiro (2010, p. 90)

Mesmo no caso dos planos autoaplicáveis, o desafio é tirá-lo do papel, transformar boas intenções em cidades melhores. A eficácia do plano dependerá, especialmente, da atitude e do compromisso da administração pública, para que sua operacionalização se faça no respeito às diretrizes e às ações acordadas. E, é claro, da vigilância da sociedade local. Essa tarefa é facilitada se for implantado no município um processo democrático de planejamento urbano e gestão, fortalecido ou iniciado na elaboração do Plano Diretor. Alguns planos já estabelecem as normas e as condições de sua gestão relativas à representação dos vários setores do Poder Público e da sociedade civil; à produção e disseminação de informações; às instâncias de discussão e decisão; e até à organização administrativa da Prefeitura. Pinheiro (2010, p. 105)

5. O caso da comunidade Beira Rio

As transformações industriais em curso a partir da segunda metade do século XIX no mundo ocidental exigia a expansão da produção do látex, o que só poderia ser conseguida coma a ocupação de novas áreas produtoras. Estudos realizados sobre a selva puruense⁵ na década de 1860 revelaram a maior concentração de seringueira por metro quadrado da Amazônia, o que contribuiu para a sua ocupação, com o conseqüente aumento da produção de borracha na Amazônia. A Cidade de Lábrea surgiu neste cenário amazônico no final do século XIX, como resultado do processo de expansão da economia da borracha no rio Purus.

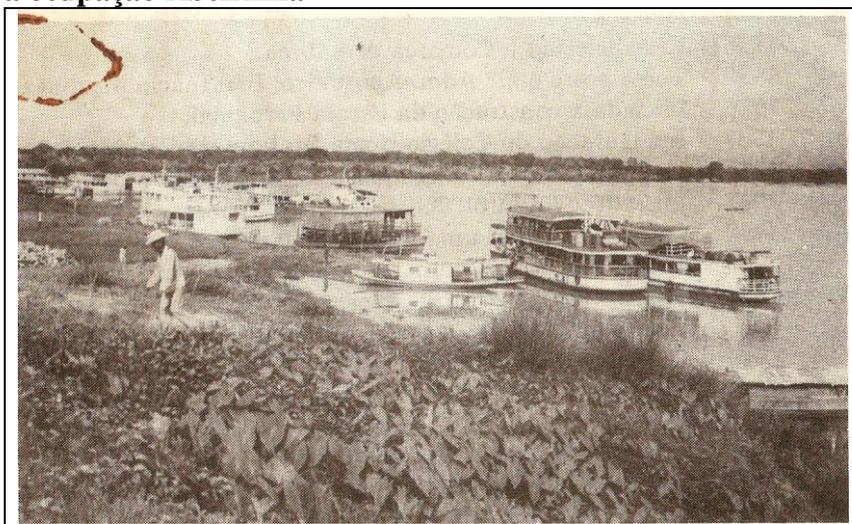
Rapidamente o Purus enche-se de aventureiros das mais díspares origens e níveis de interesses, indo desde aventureiros em busca de riqueza fácil a nordestinos famintos e despossuídos. “Em pouco mais de uma década a população do rio Purus, excetuando-se os indígenas, salta de 1.000 habitantes em 1870, para 25.000 almas em 1879”. Ferrarini (1981) Este rápido incremento populacional logo se refletiu no surgimento de povoados que, por sua vez, evoluíram para centros urbanos com alguma autonomia administrativa.

A criação do município de Lábrea surge a partir de uma convergência de fatores, que teve no Cel. Antonio Rodrigues Pereira Labre um dos principais expoentes de sua evolução

política. A nova unidade político-administrativa foi criada conforme Lei Provincial nº 523 de 14 de maio de 1881, aprovada pelo então Presidente da Província do Amazonas, Satiro de Oliveira Dias.

Dentre os aspectos que contribuíram para o surgimento de aparato urbanístico na região tem-se o terreno-sede, alto e razoavelmente plano, favorecendo a instalação de aparato urbanístico. “A localização deste terreno no médio Purus, onde facilmente tornou-se um ponto de convergência de pequenos comerciantes fixos, regatões, seringueiros e seringalistas e imensa riqueza extrativa potencial presente nestes ecossistemas, aliada ao valor de mercado em escala ascendente de tais riquezas, que funcionava como fator de atração populacional”. Silva (2010).

Figura 01 – Visão da Localidade Beira Rio anterior a ocupação ribeirinha



Fonte: Prelazia de Lábrea (1970)

Com o colapso da economia da borracha na Amazônia a partir de 1912, o município de Lábrea passa por um período que combinou, por um lado, uma drástica redução na produção de riquezas, que tinha na borracha o principal produto de exportação, e por outro lado, com a diversificação da produção agrícola, que colocou o município entre os maiores produtores do estado.

A partir da segunda metade do século XX Lábrea passa a enfrentar sérios problemas sociais e econômicos que se refletiram na expansão física da cidade. O grande número de epidemias ocorridas no interior do município, aliado à fuga de milhares seringueiros para Manaus tiveram profundo impacto na vida da cidade. Por conta disso, enquanto o censo de 1950 apontava para o município de Lábrea uma população de 23.353 habitantes, o censo de 1970 apontou uma população de 16.798 habitantes.

Atualmente a cidade de Lábrea vem conhecendo um período de expansão populacional, que ocorrendo de forma desordenada, acaba exercendo forte pressão sobre o meio ambiente, comprometendo a qualidade de vida dos seus moradores. Por outro lado não se visualiza, por parte do poder público, nenhuma medida de grande alcance capaz de minimizar os efeitos decorrentes do desordenamento territorial da cidade.

A comunidade Beira Rio se situa no centro da cidade, às margens do rio Purus, sua área é totalmente alagada durante o período da cheia deste rio. De acordo com dados da

Secretaria Municipal de Saúde, há na comunidade, atualmente, cerca de 830 pessoas, distribuídas em 193 domicílios (Figuras 02, 03 e 04).

Figura 02 - Visão panorâmica da atual da Comunidade Beira Rio



Fonte: Pereira (2012)

Figura 03 - Visão da atual da Comunidade Beira Rio



Fonte: Pereira (2012)

Figura 03 - Visão da atual da Comunidade Beira Rio

Fonte: Pereira (2012)

A comunidade Beira Rio surge justamente no contexto do êxodo rural amazônico, onde com a queda do preço da borracha muitos seringueiros abandonaram os seringais deixando os seringueiros a mercê da própria sorte. Como a prática da extração do látex deixa de ser rentável e o seringal já não é tão atraente aos olhos dos seringueiros, estes migram para a sede do município em busca de novas oportunidades.

O êxodo rural no município de Lábrea se intensificou a partir de 1970, no entanto a ocupação do local onde hoje é a comunidade Beira Rio começou segundo os moradores mais antigos em 1964 com a chegada de uma família de seringueiros vindos do rio Ituxi da comunidade denominada Fortaleza do Iquiri. Como nas demais áreas da cidade de Lábrea a comunidade Beira Rio se expandiu rapidamente de forma descontrolada e desorganizada causando além de prejuízos ambientais prejuízos a dignidade humana, pois o local não oferece o mínimo de infra estrutura para os seus moradores.

Verifica-se a precariedade das moradias da comunidade, pois, se trata de uma região que sofre enchentes sazonais provocadas pela subida das águas do rio Purus e onde 100% das casas são as chamadas palafitas. Na comunidade não existe rede de esgoto e os dejetos da população são jogados diretamente no rio durante o período da cheia e em um córrego a céu aberto durante o período de seca o que causa, segundo os moradores, um mau cheiro muito forte. Neste local não existe coleta de lixo, e os resíduos produzidos pelos moradores também

são dispensados nas águas o que tem causado acúmulo de materiais embaixo das residências contribuindo para a proliferação de muitos tipos de doenças.

Quando os moradores da comunidade foram indagados sobre o porquê da escolha do local para construção de suas residências, 100% responderam que a escolha deste local foi devido a área estar próxima ao Rio Purus, onde se tornava mais fácil a busca pelo alimento, bem como, o cultivo de suas lavouras nas terras de várzea.

Todavia, quando os moradores foram perguntados sobre a possibilidade de deixar o local para morar em outros pontos da cidade, cerca de 80% foram enfáticos ao afirmar que gostariam de sair da comunidade por conta da falta de infraestrutura. Já 20% não desejam deixar o local, pois segundo estes moradores apesar dos problemas apresentados, suas casas estão próximas dos seus locais de trabalho e isto é muito importante para eles.

De acordo com dados do setor de terras do município de Lábrea, as únicas políticas de melhoria para população da comunidade Beira Rio foram as construções de passarelas (Figura 03) suspensas entre as casas e a proibição da construção de novas casas. Todavia, segundo informações da Secretaria Municipal de Saúde, a construção de novas casas é uma prática recorrente, ferindo o artigo 3, inciso II do projeto de parcelamento do solo de Lábrea (Lei N.º.327/06), que visa “prevenir a instalação ou expansão de assentamentos urbanos em áreas inadequadas”.

Entretanto, a implantação do projeto do PROSAI (Programa de Saneamento Integrado), em parceria com o Governo do Estado do Amazonas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), previsto para implantação no primeiro semestre de 2013, desapropriará as famílias da comunidade, construindo edificações em outra área previamente estabelecida da zona urbana de Lábrea.

6. Conclusão

No município de Lábrea, como em muitos outros lugares do Brasil, não apenas o processo de ocupação territorial em geral, como especificamente o processo de urbanização se processaram de uma maneira desordenada e até caótica. Ao ocupar um determinado espaço, os indivíduos deveriam procurar equilibrar suas ações com os sistemas naturais preexistentes. Ao invés disso, algumas culturas em prol dos interesses imediatistas de natureza econômica descuidaram do meio ambiente, adotando uma postura de desrespeito aos limites da natureza. A especulação imobiliária e as explorações agrícolas predatórias são exemplos da ausência de preocupação humana com a sustentabilidade da natureza.

Com os resultados obtidos na pesquisa de campo realizada para a finalização deste trabalho, percebe-se que a ocupação do solo na cidade de Lábrea foi feita de forma bastante desordenada, uma vez que foi verificada que a área onde se focou a referida pesquisa se trata de um local onde as pessoas foram construindo suas casas sem nenhum tipo de orientação por parte dos órgãos reguladores do município.

Segundo os moradores mais antigos da comunidade Beira Rio, a ocupação desta área inicia-se na década de 1964 onde os primeiros moradores que migraram dos chamados seringais construíram suas casas no referido local. Segundo as pessoas indagadas na pesquisa, a opção de escolha deste local foi o fato da área estar próxima ao Rio Purus, onde se tornava mais fácil a busca pelo alimento bem como o cultivo de suas lavouras nas terras de várzea.

Esta área que se encontra nos locais de terras baixas está propícia as inundações periódicas provocadas pela subida das águas do grande Rio Purus, período este onde a

população da comunidade fica exposta aos perigos provocados pelas águas que são contaminadas pelos dejetos que são lançados diretamente nas águas.

Em suma podemos concluir que pela estrutura e falta de organização apresentada na Comunidade Beira Rio este local foi ocupado sem nenhum tipo de política pública que norteasse a implantação da referida comunidade.

7. Referencial Teórico

ANJOS, Maria Inês dos. **Análise do Processo de Ocupação Urbana em São José dos Campos, Aferindo o Papel das Políticas Públicas na Produção do Espaço.** (Dissertação de Mestrado). São José dos Campos: UNIVAP, 2004.

CARLOS, Ana Fani. **O Espaço urbano: Novos escritos sobre a cidade.** São Paulo: Contexto, 2004.

CARVALHO, Adail Ribeiro. Planejamento Urbano – **Por estratégia de inclusão territorial.** Disponível em <http://www2.fpa.org.br/formacao/pt-no-parlamento/textos-e-publicacoes/planejamento-urbano-%E2%80%93-por-estrategia-de-inclusao-terr>, acessado em 19/04/12.

CUNHA, Euclides da. **Amazônia – Um Paraíso Perdido.** Manaus: Valer / Gov. do Estado do Amazonas / Edua, 2003.

FERRARINI, Sebastião Antônio. **Lábrea: 1881 ontem - hoje 1981.** Manaus: imprensa oficial, 1981.

GOMES, Rita de Cassia da Conceição. **Buscando Compreender as Pequenas Cidades.** In OLIVEIRA, José Aldemir (org.). **Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidades e demandas sociais.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

IBGE. **Censos Demográficos** (1970, 1980, 1991 e 2010).

IPEA. **Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas,** disponível em http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/08_10_21_Pnad_PrimeiraAnalises_saneamento.pdf, acessado em: 08/05/2012.

MAIA, Doralice Sátyro. **Cidades Pequenas: como defini-las? Apontamentos para estudos sobre cidades pequenas.** In OLIVEIRA, José Aldemir (org.). **Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidades e demandas sociais.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

MIRANDA, Zoraide Amarante I. **A Incorporação de Áreas Rurais às Cidades: Um estudo-de-caso sobre campinas, SP.** Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 2002.

OLIVEIRA, José Aldemir (org.). **Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidades e demandas sociais.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

SAWYER, Donald. **Urbanização da fronteira agrícola no Brasil**. In: LAVINAS, L. (org.). A urbanização da fronteira. Rio de Janeiro: PUBLITUR/UFRJ, 1987, v.1, p. 43-57 (Série Monografia, 5).

SILVA, Pedro Pires da. **Retratos Sul – Amazônicos: fragmentos da história do Rio Purus**. São Paulo: Ecorcecci, 2010.

VESENTINI, José Willian. **Geografia: o mundo em transição**. São Paulo: Ática, 2010.

¹ Disponível em <http://veiasdahistoria.blogspot.com.br/2010/05/origem-das-primeiras-cidades.html> - acessado em 11-06-2012.

² Disponível em http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/2edicao/n4/A_producao_do_espaco.pdf - acessado em 11-06-2012.

³ Outros aspectos que marcam o espaço da cidade são: o caso da oposição entre o arcaico e o moderno, da oposição entre o centro e a periferia, e entre os espaços privados e públicos. Desse modo, toda uma morfologia concede à cidade a sua especificidade de uma função específica, o lugar de justaposição de funções suas, um lugar em que as diferentes funções estão em constantes inter-relações através da relação com espaço.

⁴ Dados disponíveis em VESENTINI, José Willian. Geografia: o mundo em transição. São Paulo: Ática, 2010. (p. 34 - 72)

⁵ Região localizada as margens do rio Purus na região Amazônica que engloba os Estados do Acre e Amazonas.